



CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

PARECER 68-A/2023 CJL

PROTOCOLO: 6671/2023

DATA ENTRADA: 09 de dezembro de 2021

PROJETO DE LEI nº 9.198 de 2023

Ementa: Institui o Dia Municipal do Parque Natural Professor João Vasconcelos Sobrinho.

1. RELATÓRIO

Trata-se de **PARECER JURÍDICO**, apresentado à Comissão de Legislação e Redação de Leis, sobre o projeto que Institui o Dia Municipal do Parque Natural Professor João Vasconcelos Sobrinho. Projeto de lei nº 9.198, de autoria do **VEREADOR FAGNER FERNANDES**. O referido projeto de lei é composto por três artigos e acompanha justificativa devidamente formulada pelo Edil.

A consulta/parecer tem como objetivo a análise sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei, assim como sua viabilidade jurídica no tocante ao Regimento Interno e Lei Orgânica do Município.

Segundo justificativa anexa ao projeto: *“A data escolhida para comemorar o dia da Reserva de Serra dos Cavalos é uma homenagem a Severino Montenegro da Silva, pois no dia 5 de dezembro é seu o aniversário. Severino Montenegro é um ambientalista muito ativo, sempre foi dedicado às questões de preservação do meio ambiente, muito antes do assunto se tornar pauta mundial, Montenegro é uma referência no que tange as questões de respeito ao meio ambiente, sendo mais do que justa esta homenagem.*

É o relatório.

Passo a opinar.



2. DA SISTEMÁTICA NO PROCESSO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU E DA MANIFESTAÇÃO DA CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA.

Ab initio, impende salientar que a emissão de parecer por esta Consultoria Jurídica Legislativa não substitui a vontade dos Ilustres Vereadores que compõe as Comissões permanentes, porquanto estas são compostas pelos representantes eleitos e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa. De qualquer sorte, torna-se de suma importância algumas considerações sobre a possibilidade e compatibilidade sistemática adotada para o processo legislativo no âmbito desta Casa de Leis de Caruaru.

O Regimento Interno dessa Casa Legislativa dispõe as atribuições da Consultoria Jurídica Legislativa, senão vejamos

Art. 91 – Nenhum projeto de **lei, de resolução ou de decreto legislativo**, será submetido à deliberação do Plenário sem que tenha recebido parecer escrito das respectivas Comissões Permanentes ou de Comissão Especial.

Art. 133 – Recebido o projeto de lei o Presidente despachará encaminhando-o a uma ou mais comissões para receber parecer, de acordo com a natureza da matéria nele contido.

Art. 274 – As deliberações das Comissões **serão assessoradas** pela Consultoria Jurídica Legislativa, que assegurará a legalidade dos atos relacionados às atribuições do Poder Legislativo Municipal. (Alterado pela Resolução nº 615/2019)

Assim sendo, as referidas normas estabelecem expressamente a possibilidade de **assessoramento jurídico** sobre as proposições legislativas.

A sistemática adotada ressalte-se, não é exclusividade de Caruaru, sendo adotada por diversas outras Câmaras Municipais brasileiras. Ainda assim, **a opinião técnica desta Consultoria Jurídica é estritamente jurídica e opinativa não podendo substituir a manifestação das**



Comissões Legislativas permanentes, pois a vontade do Parlamento deve ser cristalizada através da vontade do povo, aqui efetivada por meio de seus representantes eleitos.

Desta feita, são estes mesmos representantes que melhor podem analisar todas as circunstâncias e nuances (questões sociais e políticas) de cada proposição. Por essa razão, em síntese, a manifestação deste órgão de assessoramento jurídico, autorizada por norma deste Parlamento municipal, serve apenas como norte, em caso de concordância, para o voto dos edis caruaruenses, não havendo substituição e obrigatoriedade em sua aceitação e, portanto, não atentando contra a soberania popular representada pela manifestação dos Vereadores.

3. ADMISSIBILIDADE, ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E COMPETÊNCIA.

O projeto de lei em enfoque está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito digitalmente por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal e a boa técnica redacional.

Observa-se que o parlamentar articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto na norma regimental. A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, cumpridos os requisitos de admissibilidade.

Inclusive, o presente projeto de lei está elencado como uma das matérias das quais a Câmara Municipal se pronuncia, conforme o Regimento Interno do Poder Legislativo de Caruaru, em seu artigo 122, o qual afirma que

Art. 122 – A Câmara Municipal pronuncia-se sobre:

I – projeto de lei de autoria do Prefeito, da Mesa Diretora, de um ou mais Vereadores, ou das Comissões Permanentes e Especiais;

Ao fim, a determinação de data comemorativa não repercute na esfera de competência nem da União e muito menos dos Estados membros, sendo matéria afeita a edilidade, tornando-a assim apta a tramitar por esta Casa.



4. DO QUÓRUM DE APROVAÇÃO

A Câmara somente pode deliberar com a presença da maioria absoluta dos Vereadores, adotando, *in caso*, a votação nominal e por maioria simples, nos termos do art. 115, §1º do Regimento Interno, *verbis*

Art. 115 – As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria simples, maioria absoluta e por dois terços de seus membros.

§ 1º - Por maioria simples, que corresponde à metade mais um dos Vereadores presentes à reunião, **a Câmara deliberará sobre todas as matérias**, exceto as referidas nos parágrafos seguintes.

Por fim, sendo aprovado por maioria simples, o presente projeto de lei será enviado para o devido autógrafo e posterior sanção ou veto do Executivo, tudo conforme os trâmites previstos na legislação municipal¹.

5. MÉRITO

O Projeto de Lei em questão foi proposto pelo Vereador Fagner Fernandes com objetivo de INSTITUIR O DIA MUNICIPAL DO PARQUE NATURAL PROFESSOR JOÃO VASCONCELOS SOBRINHO, como é analisado nos artigos 1º e 2º do projeto:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Caruaru o dia 5 de Dezembro como o Dia do Parque Natural Professor João Vasconcelos Sobrinho, popularmente conhecido como Parque Ambiental de Serra dos Cavalos.

Art. 2º - Fica autorizada a prefeita do Município de Caruaru, promover eventos comemorativos no sentido de ressaltar a importância do Parque Ambiental de Serra dos Cavalos, bem como, a importância da preservação e dos cuidados com o meio ambiente no município;

Como afirma o artigo 1º do referido Projeto de Lei, este possui o objetivo de tornar o dia 5 de dezembro data anual comemorativa do Parque Natural Professor João Vasconcelos Sobrinho no município de Caruaru.

^{1 1} **Art. 138** – O projeto de lei, após a sua aprovação pelo Plenário em dois turnos de votação, será assinado pelo Presidente e 1º e 2º Secretários, e dentro de dez dias será encaminhado ao Prefeito, que terá o prazo de quinze dias úteis para sancioná-lo ou vetá-lo total ou parcialmente.



Ademais, o artigo 2º determina que a Prefeitura do Município de Caruaru fique autorizada a promover eventos que, além de comemorarem e levarem à tona a importância do Parque Natural Professor João Vasconcelos Sobrinho, também conhecido como Serra dos Cavalos, ressaltem a importância da preservação e dos cuidados em relação ao meio-ambiente.

Por se tratar de data comemorativa, a questão de mérito somente se debruça sobre a existência de legislação anterior, fato que após a devida pesquisa, mostra o ineditismo desta proposição, não cabendo a CJL discorrer sobre qualquer outra temática relacionada a datas comemorativas.

Dessa forma, a Consultoria Jurídica Legislativa opina pela legalidade, constitucionalidade e regimentalidade do Projeto de Lei, visto que o mesmo respeita os Princípios Constitucionais, específicos e gerais sobre o tema, bem como os requisitos previstos no Regimento Interno da casa.

6. EMENDAS

Não foram oferecidas emendas parlamentares.

Sugere-se, ao relator(a), emenda modificativa ao Art. 2º da proposição.

7. CONCLUSÃO

Por tudo quanto exposto, a Consultoria Jurídica Legislativa opina pela **legalidade** do Projeto de Lei nº 9.198 de 2021, com emenda modificativa.

É o parecer. À conclusão superior.

Câmara Municipal de Caruaru-PE, 25 de abril de 2023.



EDILMA ALVES CORDEIRO
CONSULTORA JURÍDICA GERAL

ANDERSON MÉLO
OAB-PE 33.933D
|ANALISTA LEGISLATIVO- ESP. DIREITO PÚBLICO|
MAT.740-1 CJL

ANTÔNIO AUGUSTO VILELA DUARTE
ESTAGIÁRIO DE DIREITO - CJL